

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

192 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 22/01 a 26/01/2024

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
2. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	2
AFET/AFCO	2
LIBE	3
Prioridades da Presidência belga do Conselho da UE	3
BUDG e CONT	3
3. ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU - PROJEÇÕES	4
4. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE DA SEGURANÇA ECONÓMICA	5
5. COMISSÃO EUROPEIA - ORIENTAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS	6
6. COMISSÃO EUROPEIA - PORTOS	6
7. SERVIÇO EUROPEU DE AÇÃO EXTERNA - DESINFORMAÇÃO	7
8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	7
9. NATO - ADESÃO DA SUÉCIA	8
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho dos Negócios Estrangeiros	8
Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio	8
Conselho (Agricultura e Pescas)	8
Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos	9
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9
Cooperação interparlamentar	9

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Teve lugar, no dia 24 de janeiro, uma **sessão solene do Parlamento Europeu (PE) para assinalar o dia internacional da Memória do Holocausto**, com um discurso de Irene Shashar, sobrevivente do gueto de Varsóvia (detalhe [aqui](#) e vídeo da cerimónia [aqui](#)). A Presidente do PE, Roberta Metsola, destacou que «*Hoje prestamos homenagem às vítimas do Holocausto e reafirmamos o nosso compromisso inabalável contra o antissemitismo, o racismo e outras formas de ódio. A Europa recorda*», realçando «*o Parlamento Europeu não é um lugar de indiferença — falamos contra os negadores do Holocausto, contra a desinformação e contra a violência*».

Irene Shashar nasceu a 12 de dezembro de 1937 como Ruth Lewkowicz, e depois da morte do pai pelos nazis, fugiu do gueto de Varsóvia com a mãe através dos esgotos para outra parte de Varsóvia, onde foi uma «*criança oculta*» até ao final da guerra. Em 2023, publicou sua biografia «*Eu ganhei contra Hitler*».

A viver atualmente em Israel, Irene Shashar declarou: "*Fui abençoada com a oportunidade de ter filhos e netos. Eu fiz exatamente o que Hitler tentou tanto impedir. Hitler não ganhou!*" No seu discurso, Irene Shashar referiu-se à guerra em curso e aos ataques terroristas do dia 7 de outubro e pediu aos Deputados solidariedade e apoio para ver os 136 reféns reunidos com as suas famílias.

Referiu que «*O ressurgimento do antissemitismo significa que o ódio do passado ainda está connosco*», em particular após os ataques de outubro, recordando que «*Os judeus voltaram a não se sentir seguros na Europa. Depois do Holocausto, isto deve ser inaceitável. 'Nunca mais' deve significar nunca mais*».

Referindo-se ainda à Europa, que conseguiu superar a guerra e estabelecer uma união, declarou que "*No meu sonho os meus filhos, todas as crianças, vivam num Médio Oriente pacífico, livre de ódio, especialmente contra nós, os judeus. No meu sonho, os judeus encontram segurança em qualquer lugar que escolham chamar de casa. E o antissemitismo é, finalmente, uma coisa do passado.*"

Irene Shashar concluiu o seu discurso ao afirmar que, apesar de ter ganho contra Hitler, os seus netos devem agora lutar pela sua sobrevivência. «*Peço-vos, Parlamento da Europa, que ajude a concretizar o meu sonho. Juntamente consigo, podemos acabar com o antissemitismo e alcançar uma paz duradoura.*»

Após o discurso de Irene Shashar, os Deputados observaram um minuto de silêncio. A cerimónia terminou com uma interpretação de «Kaddish», de Maurice Ravel, por Sheva Tehoval (soprano) e Marcelo Nisinman (bandonéon).

O *think tank* do PE disponibilizou um trabalho sobre este dia internacional, intitulado *A fragilidade da liberdade*, disponível [aqui](#).



¹ Fonte: serviço de imprensa do PE.

2. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU²

AFET/AFCO

Foi adotado um relatório conjunto das Comissões de Assuntos Externos (AFET) e de Assuntos Constitucionais (AFCO) sobre **O aprofundamento da integração da UE na perspetiva do próximo alargamento** (disponível [aqui](#)), que teve como co-relator o Deputado português Pedro SILVA PEREIRA (S&D).

O relatório foi aprovado por 56 votos a favor, 20 contra e 6 abstenções, e destaca que os processos de preparação para o alargamento devem decorrer em paralelo, tanto na UE como nos países candidatos, defendendo-se que *A União Europeia precisa de uma visão política a longo prazo e de reformas institucionais e financeiras para garantir a sua capacidade de absorver novos membros*. No que diz respeito às reformas institucionais europeias, considera-se que a UE deve ser reformada para atuar de forma mais eficaz, incluindo nos seus processos de tomada de decisão, e afastar-se da unanimidade. Os Deputados sublinham que a utilização de mecanismos de flexibilidade, como as cláusulas *passerelle*, antes de uma reforma mais profunda no contexto de uma possível revisão dos tratados da UE, não deve impedir debates construtivos sobre a revisão dos tratados.

Por outro lado, as reformas institucionais pré-alargamento devem também abordar as implicações do alargamento na composição do Parlamento, bem como uma rápida revisão do funcionamento do Conselho, como o sistema de presidências rotativas do Conselho.

A UE deve estabelecer objectivos concretos de reforma, roteiros e calendários intermédios para cada país em vias de adesão, sem acelerar ou fixar prazos pré-definidos para a adesão, uma vez que isso poderia afetar a integridade do processo de adesão. Assim, os países que fizerem progressos substanciais nas reformas relacionadas com a UE devem poder integrar-se gradualmente nas políticas comuns da UE, como o mercado único, e esses progressos devem também permitir o acesso aos fundos comunitários. Neste relatório, sugere-se que os países candidatos beneficiem do estatuto de observador nos órgãos e instituições relevantes da UE, incluindo o PE, bem como a criação de um cargo separado de Comissário para o Alargamento.

Os Deputados afirmam que a integração diferenciada faz parte da solução para uma UE alargada eficiente e aprofundada, mas não pode conduzir a um enfraquecimento dos seus valores. Reconhece-se, ainda, que o alargamento é simultaneamente um grande desafio financeiro para a UE, em particular no que se refere às políticas de coesão e agrícola, e uma oportunidade para a reforma destas políticas, acrescentando-se que é necessário um Quadro Financeiro Plurianual (QFP) devidamente financiado e um orçamento comunitário mais eficaz.

O co-relator Petras AUŠTREVICIUS (Renew, LT) afirmou que: *"O alargamento da UE é uma oportunidade histórica para alcançar uma Europa unificada, segura e pacífica. É mais do que tempo de avançar com as negociações de adesão à UE com os países candidatos. Recomendamos uma abordagem comum em que o alargamento e as reformas institucionais e decisórias da UE devem andar de mãos dadas para reforçar a UE e cumprir a promessa feita aos países candidatos"*.

O co-relator Pedro SILVA PEREIRA (S&D, PT) afirmou que: *"A mensagem política do Parlamento Europeu neste relatório é clara: para que o alargamento seja possível, para além de reformas importantes nos países candidatos, são necessárias reformas institucionais e financeiras a nível europeu, caso contrário a UE não estará preparada para absorver novos membros. Uma UE alargada, com 35 ou mais Estados-Membros, não pode funcionar com as actuais regras concebidas para 27. Se quisermos levar a sério o alargamento, temos de reconhecer que são necessárias reformas europeias e que soluções criativas, como a integração diferenciada, devem fazer parte da arquitetura institucional da UE"*.

² Fonte: serviço de imprensa do PE.

LIBE

A Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do PE aprovou um **relatório sobre o estado do Estado de direito em 2023**, onde manifestam a sua profunda preocupação com a erosão da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais em toda a UE, criticando igualmente países específicos onde foram identificados problemas graves (detalhe [aqui](#)).

As principais questões identificadas incluem:

- os sistemas de justiça e do Ministério Público, incluindo as reformas na Eslováquia e a lei da amnistia em Espanha;
- a corrupção e os grandes obstáculos que os denunciantes enfrentam;
- a situação em Malta no que respeita ao regime do "passaporte dourado" e a cultura de impunidade identificada pelo inquérito público sobre o assassinio de Daphne Caruana Galizia;
- a situação das autoridades independentes, incluindo os recentes desenvolvimentos na Grécia sobre a utilização de software espião;
- o pluralismo e a liberdade dos meios de comunicação social, incluindo a reestruturação prevista da Rádio e Televisão da Eslováquia; e
- a proteção dos jornalistas contra ameaças, SLAPP e software espião, nomeadamente em Malta, na Eslováquia e na Grécia, bem como questões em França, na sequência da recente detenção de um repórter e das escutas ilegais de um jornalista holandês.

Solicita-se, igualmente, que todos os Estados-Membros regulamentem a atividade dos grupos de pressão e pedem que sejam abordadas as práticas discriminatórias e a concentração de negócios nas mãos de oligarcas na Hungria.

Prioridades da Presidência belga do Conselho da UE

Esta semana, a Presidência belga apresentou os seus **principais dossiês ao PE**, sintetizados [aqui](#).

BUDG e CONT

As Comissões dos Orçamentos (BUDG) e do Controlo Orçamental (CONT) debateram a aplicação do Regulamento relativo à condicionalidade do Estado de direito e a disponibilização à Hungria dos fundos de coesão com Johannes Hahn, Comissário responsável pelo Orçamento e pela Administração (detalhe [aqui](#) e [aqui](#)). Dadas as suas competências na matéria, Didier Reynders, Comissário para a Justiça, e Nicolas Schmit, Comissário para o Emprego e os Direitos Sociais, foram também convidados.

Recorde-se que o Regulamento relativo à condicionalidade do Estado de direito de 2021 permite à Comissão suspender o desembolso de fundos da UE a um Estado-Membro quando a violação dos princípios do Estado de direito afecta ou corre o sério risco de afetar a boa gestão financeira do orçamento da União ou a proteção dos interesses financeiros da União. Por conseguinte, 55% das autorizações orçamentais (cerca de 6,3 mil milhões de euros) do financiamento da coesão da UE para a Hungria continuam bloqueadas. Além disso, 10,4 mil milhões de EUR para a Hungria continuam bloqueados no âmbito do Fundo de Recuperação e Resiliência (RRF), tendo em conta a falta de cumprimento de vários objetivos.

Em dezembro de 2023, a Comissão concluiu que a reforma judicial da Hungria levou o país a cumprir a condição habilitadora horizontal da Carta dos Direitos Fundamentais relativa à independência judicial, embora persistam outras questões. Consequentemente, a Hungria pôde solicitar o reembolso de 10,2 mil milhões de euros dos cerca de 22 mil milhões de euros de fundos de coesão afectados ao país.

3. ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU - PROJEÇÕES

Esta semana, foi publicada um estudo do European Council on Foreign Relations (disponível [aqui](#)), com uma projeção dos resultados das eleições para o PE, que se realizarão no próximo mês de junho de 2024.

No sumário desse estudo, enfatiza-se o seguinte (citamos diretamente do relatório):

- “As eleições para o Parlamento Europeu de 2024 serão marcadas por uma grande viragem à direita em muitos países, com os partidos populistas de direita radical a ganharem votos e lugares em toda a UE e os partidos de centro-esquerda e verdes a perderem votos e lugares.
- Os populistas anti-europeus deverão estar no topo das sondagens em nove Estados-Membros (Áustria, Bélgica, República Checa, França, Hungria, Itália, Países Baixos, Polónia e Eslováquia) e ficar em segundo ou terceiro lugar noutros nove países (Bulgária, Estónia, Finlândia, Alemanha, Letónia, Portugal, Roménia, Espanha e Suécia).
- De acordo com as nossas previsões, quase metade dos lugares serão ocupados por deputados fora da “supergrande coligação” dos três grupos centristas.
- No Parlamento Europeu, uma coligação populista de direita, composta por democratas-cristãos, conservadores e eurodeputados da direita radical, poderá obter, pela primeira vez, uma maioria.
- Esta “viragem brusca à direita” poderá ter consequências significativas para as políticas a nível europeu, o que afectará as escolhas de política externa que a UE pode fazer, em especial no que se refere às questões ambientais, em que a nova maioria se oporá provavelmente a uma ação ambiciosa da UE para combater as alterações climáticas.”

Este estudo apresenta, ainda, uma projeção global de resultados previstos (em baixo, à esquerda) por comparação com a atual composição do PE (em baixo, à direita):

Figure 1: Projected make-up of the European Parliament

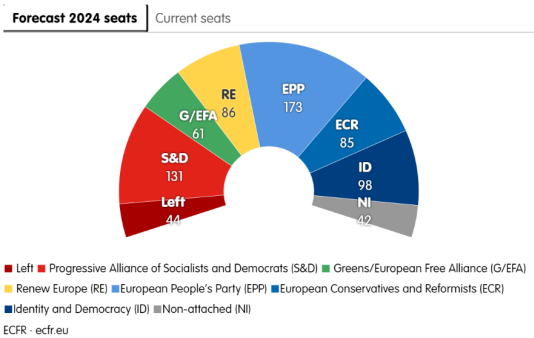
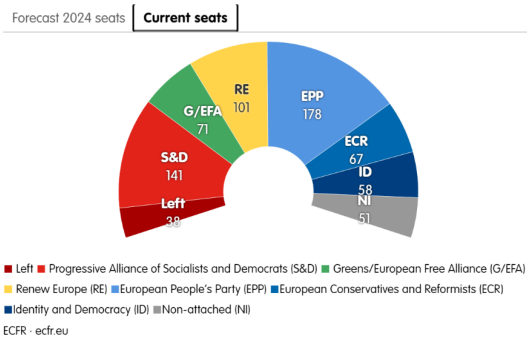
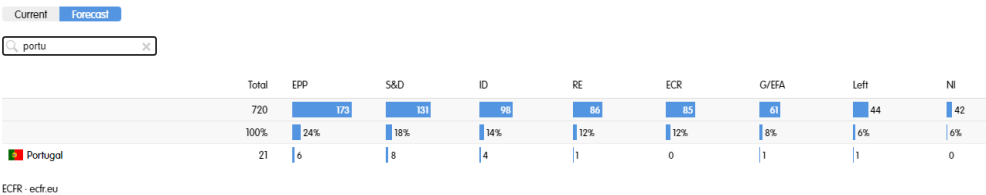


Figure 1: Projected make-up of the European Parliament



Por outro lado, é igualmente apresentada uma desagregação dessa projeção país a país, sendo que, para Portugal, é apresentada a seguinte distribuição de lugares:

Figure 2: Forecast by political group and member state
Forecast Parliament (based on our model)



Forecast vote share by member state

Click to sort by country: Austria / Belgium / Bulgaria / Croatia / Cyprus / Czechia / Denmark / Estonia / Finland / France / Germany / Greece / Hungary / Ireland / Italy / Latvia / Lithuania / Luxembourg / Malta / Netherlands / Poland / Portugal / Romania / Slovakia / Slovenia / Spain / Sweden / All

Q :PT: X

Party	Abbr.	Vote share 2019	Forecast vote share 2024	Difference	MEPs 2019	Forecast MEPs 2024	Difference	Expected EP group 2024
Partido Socialista	PS	35.9%	26.7%	-9.2%	9	8	-1	S&D
Partido Social Democrata	PSD	23.6%	21.4%	-2.2%	6	6	0	EPP
Chega	CH	0.0%	13.1%	13.1%	0	4	4	ID
Bloco de Esquerda	BE	10.6%	6.4%	-4.2%	2	1	-1	Left
Iniciativa Liberal	IL	2.0%	5.4%	3.4%	0	1	1	RE
Pessoas-Animais-Natureza	PAN	5.5%	4.3%	-1.2%	1	1	0	G/EFA
Livre	L	1.8%	3.2%	1.4%	0	0	0	
Coligação Democrática Unitária	CDU	7.4%	2.7%	-4.7%	2	0	-2	
Centro Democrático Social/Partido Popular	CDS-PP	6.7%	1.7%	-5.0%	1	0	-1	

The forecast vote shares do not add up to 100 per cent because we do not show minor parties or votes for "other" parties.
ECFR - ecf.eu

Finalmente, damos nota de uma entrevista da Presidente do PE ao podcast *Isto não é assim tão simples* da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Roberta Metsola, por ocasião de uma visita recente a Portugal (disponível [aqui](#)) e de um trabalho do Instituto Jacques Delors, intitulado “*Why the European Parliament Matters*”, que pode ser lido [aqui](#).

4. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE DA SEGURANÇA ECONÓMICA

Em 20 de junho de 2023, a Comissão Europeia e o Alto Representante publicaram uma comunicação conjunta sobre a [Estratégia Europeia em matéria de Segurança Económica](#), com o objetivo de minimizar os riscos no contexto do aumento das tensões geopolíticas e da aceleração das mudanças tecnológicas, preservando simultaneamente os níveis máximos de abertura e dinamismo económicos. A estratégia identificou quatro categorias de risco a abordar com caráter prioritário: cadeias de abastecimento; segurança física e cibersegurança das infraestruturas críticas; segurança tecnológica e fugas de tecnologias; riscos de instrumentalização das dependências económicas ou de coerção económica.

Esta semana, a Comissão adotou cinco iniciativas para reforçar a segurança económica da UE numa altura de crescentes tensões geopolíticas e de profundas mudanças tecnológicas (detalhe [aqui](#)). Destacamos as seguintes iniciativas adotadas:

- [Proposta legislativa para reforçar a análise dos investimentos estrangeiros](#): determinados investimentos estrangeiros podem representar riscos para a segurança e a ordem pública da UE, e a proposta apresentada aborda as lacunas existentes e melhora a eficiência do sistema: i). assegurando que todos os Estados-Membros dispõem de um regime de análise, com regras nacionais mais harmonizadas; ii) identificando o âmbito setorial mínimo em que todos os Estados-Membros devem analisar os investimentos estrangeiros; iii). alargando a análise da UE aos investimentos realizados por investidores da UE que são, em última análise, controlados por pessoas singulares ou empresas de um país terceiro.
- [Acompanhamento e avaliação dos riscos dos investimentos no estrangeiro](#): o Livro Branco da Comissão sobre os investimentos no estrangeiro propõe uma análise por etapas dos investimentos no estrangeiro, a fim de compreender os riscos potenciais que lhes estão associados. Esta análise incluirá uma consulta de três meses das partes interessadas, bem como a monitorização ao longo de 12 meses e uma avaliação dos investimentos no estrangeiro a nível nacional, o que contribuirá para a elaboração de um relatório conjunto de avaliação dos riscos.

- **Controlo mais eficaz das exportações de bens de dupla utilização pela UE**: o Livro Branco apresentado propõe a introdução de controlos uniformes, a nível da UE, dos produtos que não tiverem sido adotados pelos regimes multilaterais de controlo das exportações devido ao bloqueio por parte de alguns membros. Prevê igualmente um fórum de alto nível para a coordenação política.
- **Opções para apoiar a investigação e o desenvolvimento em tecnologias com potencial de dupla utilização**: através deste Livro Branco, a Comissão lança uma consulta pública para «promover» a Estratégia Europeia para a Segurança Económica. O Livro Branco analisa os atuais programas de financiamento pertinentes da UE face aos desafios geopolíticos existentes e emergentes e avalia se esse apoio é adequado para as tecnologias com potencial de dupla utilização (fins civis como de defesa).

São apontadas três opções para o caminho a seguir: 1) *ir mais longe com base na atual estrutura, 2) eliminar a ênfase exclusiva nas aplicações civis em partes selecionadas do programa sucessor do Horizonte Europa e 3) criar um instrumento especializado centrado na I&D com potencial de dupla utilização.*
- **Reforçar a segurança da investigação em toda a UE**: no complexo contexto geopolítico atual, a cooperação sem fronteiras no setor da investigação e inovação pode ser explorada e transformada em vulnerabilidades. Neste contexto, a Comissão apresenta uma proposta de recomendação do Conselho destinada a proporcionar maior clareza, orientação e apoio aos Estados-Membros e ao setor da investigação e inovação em geral.

5. COMISSÃO EUROPEIA - ORIENTAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS

A Comissão Europeia emitiu orientações reforçadas ([aqui](#)) sobre **normas éticas para os membros da Comissão que participam em campanhas eleitorais para o PE**, bem como a nível dos Estados-Membros. Ambas as orientações se baseiam nos pareceres do Comité de Ética Independente da Comissão e assegurarão a aplicação coerente do Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia.

De acordo com as regras reforçadas para as eleições europeias, os membros da Comissão:

- Absterem-se de realizar atividades de campanha antes de a Presidente/o Colégio ter sido informada/o da sua intenção de participar na campanha.
- Devem assegurar a sua disponibilidade para o desempenho contínuo das suas funções (e.g. sessões plenárias ou nas reuniões das comissões do PE, reuniões do Colégio e nas reuniões do Conselho).
- São obrigados a criar uma conta separada nas redes sociais para a campanha e para qualquer declaração ou intervenção em nome de um partido ou de um candidato.
- Não podem utilizar os recursos humanos e materiais da Comissão para quaisquer atividades relacionadas com a campanha;
- Devem assegurar uma separação clara entre os serviços de viagem relacionados com as suas funções na Comissão e os serviços relacionados com as suas campanhas.

No que diz respeito às eleições a nível dos Estados-Membros, o Código de Conduta prevê que, se os comissários pretenderem candidatar-se a eleições ou desempenhar um papel ativo na campanha eleitoral, devem, contrariamente ao caso das eleições europeias, suspender o seu trabalho na Comissão durante todo o período de participação ativa.

6. COMISSÃO EUROPEIA - PORTOS

A Comissão e a Presidência belga do Conselho da UE lançaram esta semana a Parceria Público-Privada Aliança Europeia dos Portos. A parceria tem por objetivo reunir todas as partes interessadas, a fim de encontrar soluções para proteger os portos do tráfico de droga e da infiltração de criminosos (detalhe [aqui](#)). Esta iniciativa tem

como pano de fundo o facto de as redes criminosas recorrerem à violência extrema, à corrupção e à intimidação na sua busca de lucros. As apreensões de cocaína na UE atingiram níveis recorde, com mais de 300 toneladas apreendidas anualmente nos últimos anos. Só na Bélgica, as autoridades apreenderam um recorde de 121 toneladas métricas de cocaína no porto de Antuérpia-Bruges em 2023, um aumento de 10 % em relação ao ano anterior.

7. SERVIÇO EUROPEU DE AÇÃO EXTERNA - DESINFORMAÇÃO

Foi publicado esta semana o **segundo relatório do SEAE sobre as ameaças de manipulação e interferência de informações estrangeiras** (FIMI, disponível [aqui](#)) e que ligar ainda mais eficazmente a análise a respostas atempadas, salientando a importância da cooperação entre todas as partes interessadas. As conclusões do presente relatório baseiam-se em 750 incidentes de FIMI investigados entre 1 de dezembro de 2022 e 30 de novembro de 2023.

O Alto-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep BORRELL, apresentou este relatório (discurso integral [aqui](#)), destacando que *“As democracias liberais não podem viver sem informação, sem informação fiável e sem confiança nos processos democráticos, como as eleições. E se queremos defender a democracia, se queremos defender-nos da manipulação, temos de nos proteger considerando-a como uma ameaça à segurança e ir para esta batalha com a mesma capacidade que aqueles que nos estão a atacar.”*

Acrescentou que, *“Nos incidentes analisados, vemos que estão a ser visados diferentes indivíduos. Um dos indivíduos mais visados é o Presidente [da Ucrânia, Volodymyr] Zelensky, outro é o Presidente [de França] Emmanuel Macron, mas também actores de cinema para amplificar o seu alcance. O relatório conclui ainda que a Ucrânia continua a ser o país mais frequentemente alvo de manipulação de informação - não por acaso. (...)”*

Por outro lado, enfatizou que *“a inteligência artificial veio e tem vindo a fazer uma verdadeira revolução na forma como se pode manipular conteúdos. Hoje é muito mais barato produzir e muito mais difícil detetar uma informação que é completamente falsa, tornando as ameaças assimétricas às nossas democracias ainda mais perigosas.”* Acrescentou, ainda, que *“2024 é um ano crítico para lutar contra a manipulação e interferência de informações estrangeiras”* porque *“Realizar-se-ão 60 eleições em todo o mundo. Dois mil milhões de pessoas - 50% da população adulta do mundo - serão chamadas a votar. Metade da população adulta do mundo será chamada a votar. No Parlamento Europeu, nos Estados Unidos, na Índia, em muitos lugares do mundo, as eleições tornar-se-ão os principais alvos de actores estrangeiros malignos, como vimos no ano passado nas eleições espanholas. (...) Assim, o tempo e um planeamento cuidadoso são essenciais para contrariar estes ataques de Manipulação e Interferência de Informação Estrangeira.”*

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

No quadro da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, teve lugar, nos dias 21 e 22 de janeiro, em Bruxelas, a Conferência Interparlamentar dedicada ao tema **«Políticas Urbanas da UE»**. A conferência centrou-se em quatro questões fundamentais que as cidades europeias enfrentam atualmente: o financiamento das políticas, a participação dos cidadãos, o ambiente e a mobilidade.

A AR esteve representada pelos Senhores Deputados José Carlos Barbosa (PS) e Patrícia Dantas (PSD), pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, e Diogo Cunha (PS) e Alexandre Simões (PSD), pela Comissão de Ambiente e Energia.

O detalhe da reunião está disponível [aqui](#) e os vídeos [aqui](#) e [aqui](#).



9. NATO - ADESAO DA SUÉCIA

A Turquia aprovou esta semana a adesão da Suécia à NATO, restando apenas a ratificação da Hungria para concluir o processo (artigo de imprensa [aqui](#)). Apesar de o Primeiro-Ministro húngaro ter assegurado ao secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, que o Parlamento húngaro aprovaria a candidatura da Suécia na "primeira oportunidade possível", este só reúne no próximo mês e o seu presidente, László Kövér, excluiu a possibilidade de convocar uma sessão extraordinária para aprovar a candidatura da Suécia.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Os Ministros debateram a agressão da Rússia contra a Ucrânia, após uma intervenção por videoconferência do ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, que informou os seus homólogos da UE sobre a evolução da situação no terreno (detalhe [aqui](#)). Na perspetiva da reunião extraordinária do Conselho Europeu prevista para 1 de fevereiro, os ministros debateram formas de ajudar a Ucrânia, prestando uma assistência reforçada e previsível.

O Conselho debateu igualmente a situação no Médio Oriente e procedeu, separadamente, a trocas de impressões sobre este tema com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Israel Katz, com os ministros dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita – Faisal bin Farhan Al Saud –, da Jordânia – Ayman Safadi – e do Egito – Sameh Shoukry –, e com o secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, Ahmed Aboul Gheit, bem como com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Palestiniana, Riyad al-Maliki.

Por último, o alto representante partilhou com os Estados-Membros da UE ideias com vista a um debate interno na UE sobre uma abordagem global para relançar o processo de paz no Médio Oriente, com base no trabalho realizado no contexto da iniciativa "Esforço para o Dia da Paz". O alto representante propôs, em especial, que se trabalhasse com vista à realização de uma Conferência Preparatória para a Paz, de modo a que, no futuro, se enfrente o conflito israelo-palestiniano de forma global.

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio

A Presidência belga organizou um [encontro informal em Bruxelas](#) para preparação da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio, para debater a autonomia estratégica aberta e para uma ponto de situação dos dossiers comerciais em curso antes das eleições europeias em curso no PE.

Conselho (Agricultura e Pescas)

A Presidência belga apresentou o seu programa de trabalho, que se centrará na garantia da segurança e da autonomia alimentares, bem como no reforço da sustentabilidade da produção e do consumo de alimentos (detalhe [aqui](#)). Neste contexto, a Presidência procurará assegurar um acompanhamento eficiente e eficaz da execução da política agrícola comum e da política comum das pescas (PAC e PCP). No que diz respeito à PAC, a Presidência dará início a um processo de reflexão sobre um quadro pós-2027.

O Conselho recebeu informações da Comissão, representada por Maroš Šefčovič, vice-presidente executivo responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, e por Janusz Wojciechowski, comissário da Agricultura, sobre a organização do "[Diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na União Europeia](#)". O diálogo foi anunciado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, com o objetivo de superar a polarização nos debates em torno da agricultura e da transição ecológica. O diálogo será lançado em 25 de janeiro de 2024.

Em matéria de comércio, e no contexto de um excedente comercial de 58 mil milhões de euros em 2023, os ministros trocaram pontos de vista sobre as várias oportunidades e desafios relacionados com o comércio agroalimentar, com base em informações fornecidas pela Comissão.

Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos

Os Ministros dos Estados-Membros da UE, dos países associados de Schengen, dos parceiros e das instituições europeias reuniram-se na quinta-feira, 25 de janeiro, para o Conselho informal "Justiça e Assuntos Internos", que se centrará nos assuntos internos e na migração. No dia anterior, os ministros reuniram-se em Antuérpia para o lançamento oficial da parceria público-privada da Aliança Europeia dos Portos na luta contra o crime organizado relacionado com a droga nos portos. Os pontos centrais deste Conselho informal alinham-se com uma das seis prioridades da Presidência belga: a proteção das pessoas e das fronteiras (detalhe [aqui](#)). Aqui se inclui uma discussão estratégica sobre migrações e asilo, a prevenção da utilização abusiva da Inteligência Artificial por organizações criminosas, e a resposta colectiva à criminalidade organizada relacionada com a droga.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada aos trabalhos das Comissões parlamentares ([aqui](#)) e dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [31 de janeiro](#), com destaque para o pacote de prevenção do cancro.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 29 de janeiro: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 30 e 31 de janeiro: [Reunião informal dos ministros da Defesa, 30-31 de janeiro de 2024](#)
- 1 de fevereiro: [Reunião extraordinária do Conselho Europeu](#)
- 2 e 3 de fevereiro: [Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros - reunião Gymnich](#)

Cooperação interparlamentar

Terá lugar, nos dias 28 e 29 de janeiro, em Bruxelas, uma reunião da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE. Trata-se da [Reunião Interparlamentar sobre "Inteligência artificial e os seus impactos futuros"](#), e a delegação da Assembleia da República será constituída pelos Senhores Deputados Jorge Salgueiro Mendes (PSD), Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, António Cunha (PSD), Comissão de Educação e Ciência, e Senhoras Deputadas Susana Correia (PS), Comissão de Saúde, e Carla Madureira (PSD), Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto. O detalhe da reunião está disponível [aqui](#).

Bruxelas | 26 janeiro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).